



José de Resende Costa Filho: a arquitetura da *nação* brasileira a partir do passado colonial.

WEDERSON DE SOUZA GOMES*

Resumo

O presente trabalho busca analisar uma parte da trajetória de José de Resende Costa Filho. Analisaremos o convite a ele feito pelo IHGB no ano de 1839 em que lhe solicitaram uma narrativa acerca da sedição de Minas Gerais do ano de 1788-1792 com o objetivo de compor uma das páginas da história da nova nação. Buscaremos explicitar o intento do IHGB com esta narrativa, bem como enunciar os motivos para o convite e qual a reação de Resende Costa Filho em relação ao fato.

Palavras chave: Inconfidência Mineira; nação; IHGB.

Abstract

The present work seeks to analyze a part of the trajectory of José de Resende Costa Filho. We will analyze the invitation to him made by the IHGB in the year of 1839 in which they asked for a narrative about the sedition of Minas Gerais of the year of 1788-1792. We will try to explain the intent of the IHGB with this narrative, as well as state the reasons for the invitation and the reaction of Resende Costa Filho in relation to the fact.

Key-words: Inconfidência Mineira; nation; IHGB.

Conselheiro¹ José de Resende Costa Filho nasceu no ano de 1765, no distrito da Laje da comarca do Rio das Mortes situado na região sul da capitania de Minas Gerais. Importante político e burocrata do Império luso-brasileiro, Resende Costa também foi sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no qual ingressou em 19 de janeiro de 1839². O acesso ao “grêmio” era bastante restrito e dependia da análise de um *curriculum vitae* apresentado por um membro efetivo que também se tornava o responsável pela indicação (GUIMARÃES, 1995: 388). Resende Costa Filho certamente não era o mais reconhecido ou destacado dos sócios, todavia era remanescente de um dos emblemáticos episódios do passado colonial: a Inconfidência Mineira.

Em uma sessão do IHGB do ano de 1839 o conselheiro recebeu do presidente do instituto, José Feliciano Fernandes Pinheiro³, a solicitação para compor uma narrativa em que fossem esclarecidos aspectos acerca da Inconfidência Mineira. Em carta ao primeiro secretário do Instituto, o Cônego Januário da Cunha Barbosa⁴, de 16 de novembro de 1839, Resende Costa Filho expressa a surpresa que foi receber aquele pedido do presidente do Instituto e também explica que

já no ocaso da vida, e na idade tão avançada de mais de 74 anos, peza-me não ter força e luzes para descrever estes primeiros e malogrados brados da independência, há cinquenta e um anos intentada, e a dezoito proclamada e gloriosamente consumada nos campos do Ipiranga pelo imortal Senhor Dom Pedro I⁵.

Abdicando da função, Resende Costa Filho preferiu propor a tradução de um artigo de autoria do historiador inglês Robert Southey. O artigo, intitulado A Conspiração em Minas Gerais no ano de 1788 para a Independência do Brasil (ADIM, 1976: 434) contaria com aditamentos ao

* Universidade Federal de Ouro Preto. Mestrando no Programa de Pós Graduação em História (PPGHIS-UFOP).

¹ No ano de 1827, aos 62 anos de idade, requereu aposentadoria que lhe foi concedida com a titulação de Conselheiro Imperial por parte do Imperador D. Pedro I. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Conselheiro Resende Costa. Rio de Janeiro, n.176, 1941, pp.384-387.

² Autos da Devassa da Inconfidência Mineira (ADIM). Brasília – Belo Horizonte, 1976, vol.9, p.442. Disponível em: < <http://portaldainconfidencia.iof.mg.gov.br/leitura/web/v9?pf#>>. Acesso em: 20/09/2016, pp. 442.

³ José Feliciano Fernandes Pinheiro, também conhecido como Visconde de São Leopoldo era um conselheiro e senador do Império do Brasil e também um dos fundadores do IHGB.

⁴ Januário da Cunha Barbosa fora um sacerdote, orador sacro, literato, poeta épico e satírico, professor de filosofia, jornalista e político do Império do Brasil, bem como foi um dos idealizadores do IHGB no ano de 1838.

⁵ O excerto pode ser encontrado no artigo apresentado por José de Resende Costa Filho ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, cujo texto original é de autoria do historiador Robert Southey e é intitulado de Conspiração em Minas Geraes no ano de 1788 para a Independência do Brasil. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. TOMO VIII, Segunda Edição. Rio de Janeiro, 1846, p.297.

original em inglês, além de uma revisão de possíveis imprecisões, que seria realizada pelo próprio conselheiro Resende Costa conjuntamente com o cônego Manuel Rodrigues da Costa⁶, também remanescente da Inconfidência Mineira e que se associara ao IHGB em 1839.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro nascia no Império do Brasil em 21 de outubro de 1838 e seu objetivo era a produção científica de estudos históricos e geográficos. A ideia da criação da instituição decorreu de membros da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), erigida em 19 de outubro de 1827, e que já promovia trabalhos para o desenvolvimento da agricultura, lavoura e pecuária do país; o SAIN também funcionava como um órgão consultivo imperial que deveria fornecer pareceres sobre questões e assuntos relativos à economia do país, bem como fazia parte de um conjunto de medidas que objetivavam a centralização do Estado (SCHWARCZ, 1993: 101). A proposta de se criar uma instituição que cuidasse das questões históricas e geográficas no Brasil fazia parte de um projeto de modernização do país a partir de bases científicas (SCHWARCZ, 1993: 99). Para tal empreendimento eles contavam com o periódico *O Auxiliador da Indústria Nacional*, porta voz da sociedade e que continha artigos e traduções referentes à agricultura, manufatura e o comércio. O IHGB, por sua vez, contaria com a publicação de um único volume de uma revista trimestral, onde reuniriam todo o conteúdo relevante produzido pelos sócios.

Os sócios do Instituto eram figuras que haviam participado de eventos que envolveram o processo de emancipação política e agora buscavam consolidar a identidade nacional, visto que esses processos não ocorreram de forma simultânea (DIAS, 1972: 160). Os associados compunham o círculo ilustrado Imperial e eram provenientes da burocracia, alguns grandes proprietários de terra e políticos do Império. O recrutamento dos sócios do IHGB era condicionado em questões mais propriamente sociais que produção intelectual de seus membros. Havia literatos e intelectuais destacados, dentre eles Varnhagen e Gonçalves Dias, todavia, isso não era um pré-requisito ou mesmo uma exigência. No interior do IHGB havia subdivisões que respeitavam a critérios como residência na Capital Federal, apresentação de trabalhos sobre história, geografia ou etnografia para os sócios efetivos; os correspondentes, por sua vez, deveriam possuir idoneidade intelectual assim como os efetivos e também

⁶ Manuel Rodrigues da Costa foi um cônego mineiro residente da comarca do Rio das Mortes que da mesma forma que Resende Costa Filho era um dos remanescentes da Inconfidência Mineira e tinha retornado ao Brasil após o cumprimento de sua sentença. Assim como Resende Costa se tornou associado do IHGB no ano de 1839.

contribuir com um presente de valor ao museu do instituto; aos honorários era exigido consumado saber e distinção, quase sempre associado a outro requisito, “idade provecta”; a titulação de sócio benemérito era destinada aos membros efetivos que viessem a merecer tal distinção; e por fim, o presidente honorário, função que só poderia ser desempenhada pelo chefe de Estado ou chefe de outras nações (SCHWARCZ, 1993: 104).

Observados os perfis dos 27 sócios fundadores, percebe-se que a trajetória de alguns partícipes confundia-se com a própria trajetória do Estado Imperial (SCHWARCZ, 1993: 101). Segundo Bianca Martins de Queiroz, uma parcela significativa desses sócios eram políticos que iniciaram sua carreira por ocasião da Independência, como os marechais Cunha Matos e Torres Alvim, e figuras simbólicas como Januário da Cunha Barbosa e José Clemente Pereira. Alguns parlamentares que começaram suas vidas públicas a partir da Constituinte de 1823, como Caetano Maria Lopes Gama, Cândido José de Araújo Vianna, José Feliciano Fernandes Pinheiro, José Antônio da Silva Maia e Francisco Gê de Acaiaba Montezuma. Havia também um segundo grupo que ascenderam ao aparato governamental após a Abdicação de D. Pedro I, dentre eles estavam Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, Bento da Silva Lisboa, Joaquim Francisco Vianna e Rodrigo de Sousa da Silva Pontes (QUEIROZ, 2011).

O conselheiro Resende Costa Filho e o padre Manuel Rodrigues da Costa, além do envolvimento com a Inconfidência Mineira, ambos atuaram na Assembleia Constituinte de 1823 representando a província de Minas Gerais (JARDIM, 1989: 344). Resende Costa Filho, assim como os demais associados, também compunha o grupo de sócios efetivos do SAIN e contribuía para o desenvolvimento da indústria nacional junto à sociedade. O conselheiro ofereceu ao SAIN 14 fascículos de sua Memória História dos Diamantes, produção resultante de sua experiência como administrador da Fábrica de Lapidação dos diamantes e como escriturário do Erário Régio entre os anos de 1809 e 1827. Ademais, o conselheiro também teria sido responsável por traduzir artigos que se aplicassem e colaborassem para as atividades agrícolas no Brasil, sendo membro da Comissão de Artes, Fábricas e Comércio, bem como na Dita de Economia Doméstica e Rural⁷.

⁷ As traduções do Conselheiro José de Resende Costa Filho foram publicadas entre os anos de 1836 e 1839 no periódico O Auxiliador da Indústria Nacional.

Estabelecido na capital carioca, o IHGB deveria constituir uma História da Nação, assim como recriar um passado solidificando mitos de formação e dando ordem a personagens e eventos que àquele período ainda eram dispersos (SCHWARCZ, 1993: 99). A escrita da história do Brasil constituiria um processo longo em que se buscou selecionar através das memórias esclarecimentos que pudessem colaborar na definição do presente. A memória nacional seria pautada em grandes nomes e assumiria contornos eminentemente elitistas (DIAS, 1972: 184). A proposta era a constituição de uma *nação* continuadora do processo civilizatório português, sem se estruturar em uma oposição direta à antiga metrópole (GUIMARÃES, 1998: 5 – 27). O passado colonial teria grande peso nessa escrita e era preciso buscar neste passado o presente da *nação* (SILVA, 1997: 14).

É válido salientar que durante o processo de formação dos *Estados Nacionais* ainda não existia uma percepção unívoca de *nação*. Benedict Anderson conceitua *nação* como uma comunidade política imaginada cujos indivíduos que a constituem são livres e iguais perante a lei e as ideias primitivas de sua soberania decorreriam da desestruturação de um reino dinástico hierárquico (ANDERSON: 1989: 14). O conceito de *nação* que nascia após a Revolução Francesa buscava se legitimar através da transferência do poder soberano do rei para a *nação*, e guardaria características específicas para os diferentes países no decurso do século XIX (GUERRA, 2003: 42). Mesmo com distinções, “*nação* aparece, em todos os casos, associada à ideia de soberania. Por isso, será aqui entendida como conceito político, definidor da soberania de um Estado perante os outros Estados e, no seu âmbito, como delimitador da soberania interna” (BERBEL, 1999: 18).

István Jancsó e João Paulo Garrido Pimenta, buscando elucidar a emergência da identidade nacional brasileira, apontam que em períodos de *crise* deve ser dada atenção singular à provisoriedade das formas e significados que nela ocorrem, “pois é dessa ordem o período da emergência dos novos Estados Nacionais latino-americanos, o que se estende tanto à noção de Estado quanto a de Nação” (JANCSÓ; PIMENTA, 2000: 397). Anterior à emancipação política do Brasil e demonstrando certa permanência em parte dos anos posteriores à *Independência*, a identidade coletiva estaria atrelada à monarquia portuguesa e esta era a responsável por dar certa uniformidade à *nação*. Identidade inclusive de caráter político que unificava e homogeneizava a profunda diversidade do Império. Essa diversidade

política, ainda que subordinada no plano identitário à *nação* portuguesa, não deixava de se manifestar em um mesmo plano. À identidade regional associavam-se outras formas de identidade, podendo ser nacional, social e étnica (BERBEL, 2003: 345). Um habitante do Brasil podia ser paulista, mineiro, ou pernambucano – de acordo com a região territorial específica de sua existência na estrutura do Império –, contudo, diante de um indivíduo proveniente da Europa, as diferentes identidades regionais coexistentes se resumiam simplesmente como portuguesa (PIMENTA, 2006: 69-80).

Ilmar Rohloff de Mattos expõe a existência de diferentes nações no interior do Império do Brasil após o processo de emancipação política. Certos grupos políticos que antes se dividiam pelo vasto Império luso-brasileiro agora buscavam desenvolver uma identidade própria, uma *nação* precisamente brasileira. Um trabalho complexo que esbarrava em distintos projetos de poder construídos ao longo da colonização, mas que buscava alicerçar-se em uma herança imemorial. As oligarquias das diferentes províncias do Brasil independente reivindicavam para si dupla função, tanto de construtores quanto de herdeiros daquela nova *nação*. Um passado de lutas que rememorava à própria restauração após a União Ibérica e outros grandes eventos que perpassaram o Império luso-brasileiro. Edificava-se um novo Império aristocrático e hierarquizado, em que a questão da unidade colocava-se sob a manutenção da vasta extensão territorial (MATTOS, 2005: 8-26).

Como construtores e também herdeiros da nova *nação* a proposta dos associados do IHGB era unir passado e presente produzindo uma ideia de continuidade levando adiante o projeto político iniciado em 1822 com a Independência. Projeto ainda frágil em decorrência da ausência de unidade entre as províncias e também pela carência da presença do soberano que abdicara em 1831 (GUIMARÃES, 2009: 102). Rogério Forastieri aponta que para construir a biografia da *nação* buscavam reunir elementos, eventos, sinais que servissem de “testemunho” e justificassem a nacionalidade que nascia. Paulatinamente passava-se de hipóteses e de suposições para afirmações e com isso, a colônia assumia o papel de antecedente da *nação*. Essa estruturação em que se busca imprimir sentido e significações entre o passado colonial e o presente da *nação* traduz-se na nossa historiografia como “sentimento nativista” (SILVA, 1997: 14).

A solicitação ao conselheiro José de Resende Costa Filho para que narrasse os acontecimentos referentes à Inconfidência Mineira estava alicerçada na perspectiva de se construir um nexos entre o passado e presente. A compreensão da Inconfidência Mineira como precursora da emancipação política do Brasil é expressa na sessão em que o Desembargador Rodrigo de Souza Silva Pontes⁸ realizou a leitura da sentença pela qual foram julgados “os indivíduos que primeiro tentaram, em Minas Gerais, em 1788, a Independência do Brasil e considerou aquele um fato histórico interessante à história do Brasil”⁹; aparece também no discurso de Thomaz José Pinto Serqueira¹⁰ em seu “Elogio Histórico dos membros do Instituto falecidos no terceiro ano social” do ano de 1841. O panegírico, já no período posterior ao falecimento de Resende Costa Filho, não ocultava sua grande predileção pela figura do conselheiro, o que certamente estava relacionado ao fato de Resende Costa ter participado da Inconfidência mineira. Segundo o panegírico:

creio que ninguém me culpará se dentre todos der mui deliberadamente preferência ao Senhor Conselheiro José de Resende Costa; e sirvam de título desta minha escolha os padecimentos, que ainda no verdor de seus anos teve de sofrer por sua querida pátria. As tentativas que na Província de Minas se fizeram para separar o Brasil de Portugal são bastante conhecidas: um punhado de homens, em cujos corações ardia o santo amor da pátria, conhecendo que esta magnífica porção da América não podia aspirar nunca ao lugar que a natureza lhe destinou, em quanto estivesse reduzida a condição colonial, dependendo sua futura grandeza principalmente da franca e livre comunicação com todos os povos do globo, tratou de realizar esses sonhos de ventura. Bem moço era ainda o nosso consócio; mais de quarenta anos fazem; e todavia não houve dúvida em associa-lo a essa tão gloriosa quão arriscada empresa (SERQUEIRA, 1841: 539)¹¹.

A proposição de um relato acerca da Inconfidência Mineira explicita o interesse do IHGB de que aquele relevante fato histórico compusesse a narrativa da *nação* brasileira, contudo, para Resende Costa Filho a solicitação parecia causar surpresa e certo desconforto. O conselheiro havia constituído uma exitosa trajetória burocrática e política no Império do Brasil, ademais a sedição¹² representava um episódio doloroso de sua vida. O historiador

⁸ Rodrigo de Sousa da Silva Pontes foi um magistrado e político do Império do Brasil, bem como foi presidente da Província de Alagoas entre os anos de 1836 e 1838 e um dos sócios fundadores do IHGB.

⁹ O convite para que Resende Costa Filho compusesse uma memória acontece na mesma sessão em que Silva Pontes faz a leitura da sentença.

¹⁰ Thomaz Serqueira era sócio efetivo do IHGB e integrante da comissão de História acerca das biografias de brasileiro e foi o responsável pelo elogio fúnebre aos membros falecidos.

¹¹ Elogio Histórico dos membros do Instituto falecidos no terceiro ano acadêmico. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. TOMO III, Reimpressa em 1860. Rio de Janeiro, 1841, p.539.

¹² Adotaremos o conceito de sedição para fazer referência à Inconfidência, cuja significação conceitual se embasa nos trabalhos de Istvan Jancsó. Ocorrências que ultrapassavam as fronteiras coloniais incidindo em uma crítica direta à forma de organização de poder. Os movimentos do último quartel do XVIII rompiam os limites dos motins convencionais, pois existia uma ação organizada contra o sistema de governo com vistas à revolução

Mello Moraes apresenta uma cena assistida e descrita por Teodoro José Biancardi¹³ do momento em que José de Resende Costa Filho chegou para participar da Assembleia Constituinte de 1823. O prédio provavelmente trazia difíceis lembranças ao conselheiro, pois o local escolhido para sediar a Constituinte de 1823 era a “Cadeia Velha” do Rio de Janeiro em que Resende Costa Filho ficou recluso entre os anos de 1791 e 92.

“quando estava mandando assoalhar a boca do alçapão, de repente, vê um homem, vestido de preto, ajoelhar-se perto da boca do alçapão, que se estava fechando, e, unindo as mãos, levanta os olhos para o céu, e disse estas palavras, que, tradicionalmente conservadas, me foram repetidas: ‘louvado sejas, meu Deus: quando, em 1792, eu sai por aqui, para cumprir a sentença que me foi imposta por ocasião da Conjuração Mineira, não me passou pelo pensamento que seria eu hoje um dos membros da Assembleia Geral Legislativa e Constituinte do Brasil!! ‘Louvado seja o Senhor meu Deus’”¹⁴.

Por seu envolvimento na Inconfidência Mineira, Resende Costa Filho foi acusado de crime lesa-majestade e condenado à morte natural na forca, todavia, graças ao perdão da rainha e um “acordão” entre os juízes da alçada teve a punição comutada em dez anos de degredo na África (ADIM, 1976: 271). Russell-wood aponta que o degredo era uma das punições menos severas adotada pela metrópole e que em muitas situações tinha mais a ver com estatuto social do que com crime praticado. Porém, o autor ressalta que os degredados eram pessoas consideradas indesejadas pela metrópole. O degredo era aplicado nas diversas partes do Império Português e o exilado poderia desempenhar missões consideradas vantajosas para a coroa. Envolvendo-se, por vezes, com o comércio, tráfico de escravos, serviço militar, bem como assumir cargos na burocracia do Império Português como foi o caso de Resende Costa Filho.

Degredado para Cabo Verde, em janeiro de 1793, o conselheiro atuaria na administração dos Domínios Ultramarinos da África. Foi lá que José de Resende Costa Filho deu início a sua proeminente carreira, a qual começaria como ajudante da Secretaria do

e, por esse motivo, definidos como sedição. “A sedição é, então, a revolução desejada, o futuro anunciado, a política nos interstícios do presente”.

¹³ Teodoro José Biancardi foi o Oficial-Maior interino da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino do Brasil, e foi quem ficou encarregado da reforma e decoração da Cadeia Velha, atual Palácio de Tiradentes, por indicação José Bonifácio de Andrada e Silva. Biancardi também ficou responsável pela organização da Secretaria da futura Assembleia para abrigar os servidores responsáveis pelos trabalhos administrativos e parte do apoio legislativo.

¹⁴ Inventário analítico do arquivo da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil, 1823 [recurso eletrônico] / Câmara dos Deputados. – 2. ed., rev. e reform. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015, p.51. – (Série coleções especiais. Acervo arquivístico; n. 2).

Governo (RODRIGUES, 2010: 89), posteriormente escrivão da Mesa do Tesouro Público, Secretário do Governo da Ilha de Cabo Verde, capitão-mor e comandante da praça da Vila da Praia (PINTO, 2014: 130). O próprio Resende Costa relatava o sucesso de sua atuação, pois, segundo ele, se antes a capitania de Cabo Verde tinha sido dispendiosa ao Estado “carregando as suas despesas sobre o Erário de Lisboa pelo qual eram na maior parte satisfeitas o aliviou deste peso; foram no tempo de superintendente pagas pelos rendimentos da capitania”; deixou nos Cofres mais de trinta mil cruzados¹⁵.

O bom desempenho permitiu a Resende Costa alçar novos cargos e com isso ele foi

promovido, no ano antecedente de 1793, no lugar de ajudante da secretária do governo e da escripturação do real contrato da urcella, e sucedendo no governo daquela capitania, em junho de 1795, José da Silva Maldonado D'Eca, que só viveu cinco meses, foi provido por este no lugar de secretário do governo pela portaria de 20 de Julho. No ano seguinte, sucedendo no governo o coronel Marcelino Antonio Basto, que exercia o lugar de escrivão da provedoria da Real Fazenda, foi nele provido em virtude da provisão do presidente do real erário de 27 de Outubro de 1796, e confirmado por decreto do Príncipe Regente de 25 de Outubro de 1797. Falecendo este governador no ano de 1802, foi pelo governo interino encarregado do comando da praça da vila da Praia, como capitão-mor do forte de Santo Antonio, em que fora confirmado por patente de 21 de Maio de 1798, cujos empregos exerceu até o ano de 1803 (RIHGB, 1846: 309).

Os dez anos de degedro favoreceram Resende Costa Filho a estabelecer uma boa rede de relações. Com o apoio de Manuel Jacinto Nogueira da Gama¹⁶, por exemplo, Resende Costa Filho conseguiu uma licença para mudar-se para Lisboa. Em Lisboa serviu de escriturário do Real Erário e da Casa e Estado das Senhoras Rainhas até o fim de 1809, quando uma ordem vinda da nova sede da Coroa, no Rio de Janeiro, o estabeleceu em uma posição de grande relevo na administração da fábrica de lapidação dos diamantes no Brasil, função a qual exerceu até o ano de 1827, quando sexagenário e doente deixou a vida pública (RIHGB, 1941: 384).

Há que se destacar a forte relação de Resende Costa Filho com a monarquia, bem como a de seu companheiro o padre Manuel Rodrigues da Costa, que dentre os aditamentos

¹⁵ Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Seção de Manuscritos. José de Resende Costa, escrivão da mesa do Tesouro, Rio de Janeiro. C-990,108 n° 001, f.01. Apud PINTO, Paula Chaves Teixeira; 2014, p. 290.

¹⁶ Manoel Jacinto Nogueira da Gama foi um político, professor, militar e financista nascido em 8 de setembro de 1765 na então Vila de São João del Rey, em Minas Gerais, seguiu para a Europa em aos 19 anos e ingressou na Universidade de Coimbra. Era membro da elite colonial e parecia ter boa amizade com Resende Costa Filho, que em carta ao cunhado Gervásio Pereira Alvim do ano de 03 de março de 1804 ele evidencia o apoio que Nogueira da Gama sempre lhe concedeu. ADIM; 1976, vol.9, p.380.

enviados ao conselheiro na missiva de 20 de setembro de 1839 defende a rainha Maria I e destaca:

Os eclesiásticos compreendidos naqueles delitos foram remetidos para Lisboa por ordem de sua Majestade, a piedosa rainha D. Maria I, sendo as suas sentenças igualmente remetidas em segredo, reservando a si o conhecimento desta causa [...], porém o sanguinário Martinho de Melo, ou receando que a piedosa rainha voltasse ao governo, ou que seu augusto filho imitasse a piedade da sua augusta mãe e melhorasse a sorte dos eclesiásticos, tratou de os remeter para Angola. Porém, como não podia executar sem que o participasse ao Príncipe, este não convindo a sua pretensão ficou sem efeito (ADIM, 1976: 443).

A proteção de Rodrigues da Costa à rainha representa uma prática comum aos levantes da sociedade do Antigo Regime em que se poupava a figura do rei, pai e protetor do seu povo e atacava o executor das rígidas leis (SOUZA, 2006: 89). O apreço pela monarquia, bem como dos soberanos também aparece nas falas de Resende Costa Filho no decorrer de sua trajetória no Império como podemos ver em uma correspondência trocada com Dona Maria Balbina de Sousa Coutinho – irmã de d. Rodrigo de Sousa Coutinho – de 30 de junho de 1811 após seu retorno ao Brasil.

O Príncipe Regente Nosso Senhor, e toda a Real Família passam muito bem; [passeiam] todos, todos os dias. O nome do Excelentíssimo Senhor Conde de Redondo; que ao tempo da mesma chegada era quase desconhecido, está aclamado pela voz geral como hum dos homens mais dignos da Monarchia¹⁷;

A composição de uma narrativa acerca da Inconfidência Mineira apresentava-se, portanto, como uma situação complexa ao conselheiro. Como remanescente da sedição tinha o compromisso de dar maiores esclarecimentos sobre o acontecimento, ademais era o requisito necessário para tornar-se de sócio honorário do instituto. Em novembro do ano de 1839 apresentou o artigo enriquecido com suas considerações e em 25 de janeiro do ano de 1840 foi elevado à condição de sócio honorário do instituto; “consoante o competente parecer da Comissão de História, firmado por Silva Pontes” (RIHGB, 1846: 386).

A abdicação de uma narrativa própria para apresentar uma tradução com acréscimos é um fato tão interessante quanto curioso, pois requer levar em conta suas experiências e o próprio significado que a sedição tivera para o conselheiro. Se para a pretendida história da *nação* tratava-se de um movimento precursor da emancipação política, talvez para o

¹⁷ Conde de Linhares. Maço74/33. “Carta de José de Resende Costa para Maria Balbina de Sousa Coutinho” Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT).

conselheiro o significado fosse outro. Nossas pesquisas nos direcionam a entender esse silêncio como um ato político, visto que o evento trazia para o Conselheiro lembranças dolorosas, lembranças as quais provavelmente buscava deixar no passado. O primeiro resultado de sua participação foi bastante amargo, contudo, sua atuação na administração dos Domínios Ultramarinos lhe proporcionou uma exitosa carreira política e intelectual no Império luso-brasileiro. Nesse sentido, Resende Costa Filho atuava com o objetivo de evitar que a malfada sedição obscurecesse os anos de êxito de sua trajetória política no Império que em muito se sobressaíam sobre seu envolvimento na Inconfidência Mineira.

FONTES DOCUMENTAIS:

Autos da Devassa da Inconfidência Mineira (ADIM). Brasília – Belo Horizonte, 1976, 11 volumes.

Conde de Linhares. Maço74/33. “*Carta de José de Resende Costa para Maria Balbina de Sousa Coutinho*” Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT).

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Conselheiro Rezende Costa. Rio de Janeiro, n.176, 1941, pp.384-387.

SERQUEIRA, Thomaz José Pinto. Elogio Histórico dos membros do Instituto falecidos no terceiro ano acadêmico. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. TOMO III, Reimpressa em 1860. Rio de Janeiro, 1841.

SOUTHEY, Robert. *Conspiração em Minas Geraes no ano de 1788 para a Independência do Brasil*. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. TOMO VIII, Segunda Edição. Rio de Janeiro, 1846.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict. **Nação e Consciência Nacional**. São Paulo: Editora Ática.

BERBEL, Márcia Regina. **A Nação como artefato: Deputados do Brasil nas Cortes Portuguesas (1821-1822)**. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 1999.

_____. Pátria e patriotismo em Pernambuco (1817-1822): Nação, Identidade e vocabulário político. In: JANCSÓ, Istvan. **Brasil: Formação do Estado e da Nação**. São Paulo: Hucitec, 2003.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. A Interiorização da Metrópole. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). **1822 Dimensões**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

_____. **Aspectos da Ilustração no Brasil**. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, (278): 105-170 jan./mar. 1968.

FURTADO, João Pinto. *O Manto de Penélope: história, mito e memória da Inconfidência Mineira de 1788-9*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GUERRA, François-Xavier. A nação moderna: nova legitimidade e velhas identidades. In: JANCSÓ, Istvan. **Brasil: Formação do Estado e da Nação**. São Paulo: Hucitec, 2003.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. “**O Império de Santa Cruz: a gênese da memória nacional**”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Humanitas Publicações, Vol. 21, nº 40, 2001.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. “**Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)**” In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, nº 388, 1995.

GUIMARÃES, Manoel Luís Lima Salgado. **Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico Geográfico e o projeto de uma história nacional**. Rio de Janeiro. *Estudos Históricos*, n.1, 1998, p.5-27.

JANCSÓ, István. A sedução da liberdade: cotidiano e contestação política no final do século XVIII IN: SOUZA, Laura de Mello e (org.) e NOVAIS, Fernando A. (dir.). **História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. István e PIMENTA, João Paulo G. **Peças de um mosaico: ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira**. *Revista de História das Ideias*, v.21, pp.389-440,2000.

JARDIM, Márcio. **A Inconfidência Mineira: uma síntese factual**. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 1989.

MATTOS, Ilmar Rohloff. **Construtores e herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política**. Almanack Braziliense, n.1, pp.8-26, maio de 2005.

MAXWELL, Kenneth R. As Causas e o Contexto da Conjuração Mineira. In: FURTADO, Júnia F. (org), **Diálogos Oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português**. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2001.

PIMENTA, João Paulo Garrido. **Portugueses, americanos, brasileiros: identidades políticas na crise do Antigo Regime luso-americano**. Almanack Braziliense, n. 3, pp.69-80, maio de 2006.

RUSSEL-WOOD, A.J.R. **Um mundo em movimento: os portugueses na África, Ásia e América (1415-1808)**. Portugal: DIFEL 82, 1998.

PAIM, Antonio. **A Corte no Brasil. D. Rodrigo de Sousa Coutinho**. São João del-Rei. Revista de Estudos Filosóficos – versão eletrônica – ISSN, pp.266-269.

PINTO, Paula Chaves Teixeira. **De Minas para a Corte. Da Corte para Minas: Movimentações familiares e trocas mercantis (c.1790 – c.1880)**. PPGHIS – UFF – (Tese de Doutorado). Rio de Janeiro, 2014.

QUEIROZ, Bianca Martins. **Januário da Cunha Barbosa (1780-1846): a trajetória de um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011.

RODRIGUES, André Figueiredo. **A família Resende Costa e seu envolvimento na Inconfidência Mineira: patrimônio e estratégias familiares para burlar a Coroa Portuguesa (Minas Gerais, 1789-1804)**. São Paulo, Anais do XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH, 2011.

_____. **A Fortuna dos Inconfidentes: caminhos e descaminhos dos bens de conjurados mineiros (1760-1850)**. São Paulo: Editora Globo, 2010, p.46-47.



SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil – 1870-1930.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Rogério Forastieri Da. **Colônia e Nativismo: a história como biografia da nação.** São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

SILVA, Wlamir. **O Regresso na Província de Minas Gerais.** ANPUH, XXV Simpósio Nacional de História. Fortaleza, 2009.

_____. **Autonomismo, contratualismo e projeto pedrino: Minas Gerais na Independência.** *Revista de História Regional.* Paraná, 2005.

SOUZA, Laura de Mello e. **Norma e conflito: aspectos da história de Minas no século XVIII.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.